

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.345.807 - MG (2018/0209116-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : NEIDE MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu o recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o agravado foi condenado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 155, § 4º, II (furto qualificado), 171, *caput* (estelionato), c/c 71 e 297, *caput* (falsificação de documento público), na forma do 69, todos do Código Penal, à pena de 06 (seis) anos e 07 (sete) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 47 (quarenta e sete) dias-multa.

Irresignada a parte e interposto recurso, restou este parcialmente provido para aplicar o princípio da consunção, sendo o delito do art. 297, *caput*, do CP absorvido pelo delito do art. 171, *caput*, do CP.

O acórdão restou assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL - ESTELIONATO - FURTO QUALIFICADO - FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - DEPOIMENTOS DA VÍTIMA E TESTEMUNHAS - CONFISSÃO DA ACUSADA - CONDENAÇÃO MANTIDA - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - DESCABIMENTO - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO - CABIMENTO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. 1 - Encontrando-se o depoimento das vítimas em coerência com os demais depoimentos testemunhais, inflexível sua condenação pela prática dos crimes imputados na exordial acusatória. 2 - A aplicação do princípio da insignificância deve se dá de forma prudente e criteriosa. É necessária a presença de certos elementos, como a mínima ofensividade da conduta da agente, a ausência total de periculosidade social da ação, o ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica ocasionada, consoante já assentado pelo colendo Pretório Excelso (HC 84.412/SP, Rei. Min. CELSO DE MELLO, DJU 19.04.2004), requisitos que não se coadunam com o caso em testilha. 3 - Levando-se em consideração que o delito de falsificação de documento público, serviu de meio necessário para a prática do delito de estelionato, inflexível a aplicação do Princípio da Consunção.

Opostos embargos de declaração, restaram estes rejeitados.

Em sede de recurso especial, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais aponta ofensa ao disposto no art. 297 do Código Penal. Sustenta, em síntese, que a potencialidade lesiva da falsificação do documento público não se esgotou no delito de estelionato, sendo inaplicável o princípio da consunção.

A r. decisão agravada inadmitiu o recurso especial, haja vista os óbices contidos nas Súmulas n. 7 e n. 83 desta Corte.

Em agravo em recurso especial, o *parquet* sustenta a desnecessidade de reexame de provas e que a decisão agravada não se encontra amparada em entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Contraminuta às fls. 635/637.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (fls. 648/650).

É o relatório. Decido.

Atendidos os requisitos de admissibilidade e impugnados os fundamentos da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo à análise do recurso especial.

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem concluiu pela aplicação do princípio da consunção, consoante trechos do acórdão recorrido (fls. 553/554):

Por derradeiro, embora não tenha sido objeto de pedido recursal, em observância ao Princípio da Ampla devolutividade, entendo cabível, in casu, o Princípio da Consunção em relação aos delitos de falsificação de documento público e estelionato.

É que, denota-se que a falsificação de documento público foi meio necessário para a tentativa de consecução do delito de estelionato, eis que a obtenção de indevida vantagem patrimonial era o que motivava a Apelante a falsificar documento público pertencente à vítima.

Nesse parâmetro, trata-se de entendimento sedimentado no STJ que o delito de falso, quando utilizado como meio de passagem (crime-meio) para a consumação do delito de estelionato (crime-fim), é por este absorvido.

O enunciado da Súmula 17, do Superior Tribunal de Justiça, assim dispõe: "Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais

potencialidade lesiva, é por este absorvido".

Desta feita, considerando que as condutas consubstanciadas na falsificação de documento falso tinham como única finalidade ludibriar as vítimas para a obtenção de vantagem indevida, não há falar-se em crimes autônomos de estelionato e de falsificação de documento público.

Portanto, in casu, a conduta de falsificar documento público revelou-se como verdadeiro crime-meio, o qual deve ser absorvido, em virtude do princípio da consunção, pelo crime-fim, isto é, pelo estelionato.

Para rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de que remanesce potencialidade lesiva, a fim de afastar a aplicação do princípio da consunção seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado pela Súmula n. 07/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARTS. 297 E 203 DO CÓDIGO PENAL. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. INAPLICABILIDADE. MANUTENÇÃO DA POTENCIALIDADE LESIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. VALOR FIXADO A TÍTULO DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES DO CASO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA N. 7/STJ. 1. É possível que um crime de maior gravidade, assim considerado pela pena abstratamente cominada, seja absorvido, por força do princípio da consunção, por crime menos grave, quando utilizado, como mero instrumento para consecução deste último, sem mais potencialidade lesiva. 2. **Afastar as conclusões das instâncias de origem no sentido de que remanesce potencialidade lesiva no documento demandaria revolvimento do contexto fático-probatório, o que encontra óbice no enunciado de n. 7 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal Superior. 3. "Uma vez que o Tribunal de origem, ao fixar o quantum da prestação pecuniária, levou em consideração as peculiaridades do caso concreto, a pretensão recursal de proporcionalidade do valor imposto demandaria inviável reexame da matéria fático-probatória, descabido em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte Superior" (AgInt no AREsp n. 956.972/PR, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017). 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1578350/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 17/12/2018 - Grifo Nosso).**

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1.

VIOLAÇÃO DOS ARTS. 302, 303 E 305 DO CTB. CONSUNÇÃO APLICADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE REVERSÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 2. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. NEXO DE DEPENDÊNCIA. AFERIÇÃO INVIÁVEL NA VIA ELEITA. PRECEDENTES DO STJ. 3. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A Corte local considerou, na hipótese dos autos, que o crime do art. 305 da Lei n. 9.503/1997 foi meio para a incidência da causa de aumento prevista no art. 302, § 1º, inciso III, referente ao crime do art. 303, ambos do Código de Trânsito Brasileiro. Dessa forma, desconstituir a conclusão do Tribunal de origem demandaria o reexame dos fatos e das provas dos autos, o que é inviável na via eleita, nos termos do verbete n. 7 da Súmula desta Corte. 2. É assente no Superior Tribunal de Justiça que, para aferição da incidência do princípio da consunção, imprescindível a verificação do nexo de dependência entre as condutas, a fim de se verificar a existência da relação de crime-meio e crime-fim, situação que demanda revolvimento dos fatos e das provas, inviável, portanto, na via eleita. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 1258672/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 29/08/2018 - Grifo Nosso).

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator